

Igreja e missão: a fraternidade e a paz segundo Francisco

*Sergio Esteban González Martínez**

Resumo: A proposta deste artigo é ressaltar a dimensão missionária da Igreja no contexto social, o compromisso dos discípulos missionários dentro da atual realidade que é complexa, onde o bem comum tende a ser substituído pelo bem particular; o desenvolvimento integral humano reduzido na mera condição econômica; o ser humano descartado e excluído da realidade social e os recursos naturais depredados pelo sistema tecnocrático dominador. Esta realidade fomenta uma sociedade intolerante, consumista, fragmentada, sem a capacidade de diálogo e integração do diferente. A urgência de criar espaços de relação social por parte da Igreja Católica com o Estado, a sociedade e os outros crentes são um caminho de resposta e compromisso com o Reino de Deus, especialmente no que se refere ao cuidado dos frágeis e vulneráveis da sociedade, aqueles que se encontram nas periferias geográficas e existenciais. Sendo assim, por meio de estudos bibliográficos este texto pretende dar luzes no contexto atual para a edificação da fraternidade e paz, à luz do pontificado do Papa Francisco.

Palavras-chave: Igreja. Missão. Diálogo. Fraternidade. Paz.

1. Introdução

O contexto social representa um desafio para a Igreja no que se refere ao anúncio do Evangelho, as implicações sociais do Reino conduzem a amar a Deus que reina no mundo e – ao mesmo tempo – orienta a transformar a realidade social em espaços de fraternidade, justiça, paz e dignidade para todos (EG, 180), caminho possível por meio do diálogo fraterno. Para a sua concretização, os discípulos missionários – impulsionados pelo Espírito – criam pontes, tolerância, amizade social, fraternidade e paz; por meio do cuidado, inclusão e participação de todos os setores da sociedade, especialmente os situados nas periferias geográficas e existenciais. Por isso, a preocupação da Igreja centra-se no “desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade” (EG, 186). Sendo assim, a comunidade de fé vive dupla experiência: promove a participação de todos os setores no tecido social e participa no diálogo em prol da contribuição para a paz com os outros setores envolvidos na realidade: Estados, sociedade – que inclui ciência e cultura, e os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica (EG, 238).

Para compreender mais a importância da missão da Igreja na construção da paz e na edificação da fraternidade segundo o Papa Francisco, este artigo apresenta três temas relevantes. Em primeiro lugar, menciona uma Igreja em saída, com ela evidencia a palavra missão, periferias geográficas e existências com a finalidade de ampliar a compreensão da dinâmica

* Pós-graduando Lato Sensu em Espiritualidade e Psicanálise na UNISAL. Graduado em Teologia pela PUC-SP. E-mail: sergioestebangonza@gmail.com.

missionária. Em segundo lugar, sublinha-se o contexto atual de exclusão com três elementos: as diversas realidades que ocasionam a pobreza e marginalização, a fragmentação do conceito de desenvolvimento humano e o próprio contexto pandêmico que desmascara o agir dos cidadãos e cristãos contemporâneos. E, finalmente, num terceiro lugar, enfatiza-se a integração e a participação para a fraternidade e paz social.

2. Uma Igreja em saída

A Igreja inserida na realidade enfrenta desafios próprios desta época: desinformação, intolerância, violência, exclusão, consumismo e fragmentação; além do contexto pandêmico causado pelo Covid-19 que obrigou a reconfigurar a maneira de anunciar o Evangelho. Antes da pandemia predominava a ideia de missão como movimento geográfico *Ad Gentes*, a Igreja enviada a anunciar o Reino de Deus a todos os povos e nações seguindo os passos de Cristo (AG, 1). Mas, o contexto atual impeliu a revisada de duas expressões da dinâmica missionária, o Papa Francisco as ressaltou desde o início do seu pontificado: missão como atividade paradigmática da Igreja que convida a considerar toda ação eclesial como missão (EG, 15); e a dimensão existencial que provoca em todo batizado considerar-se uma missão na terra, revelando a importância de estar com os outros e o ser para os outros, e – ao mesmo tempo – conjugando vários verbos – iluminar, abençoar, vivificar, levantar, curar, libertar – como resultado da vivência missionária, realidade que não pode ser arrancada do ser dado que, a sua ausência implicaria a destruição do discípulo (EG, 273).

A consideração da dimensão existencial da missão provoca na Igreja um movimento que vai além de toda atividade missionária, o fato de sair geograficamente para anunciar o Evangelho seria – nessa linha de pensamento – o resultado da vivência missionária dos discípulos contemporâneos. O valor da expressão *eu sou missão* ressignifica a maneira de buscar os destinatários privilegiados do Reino – os pobres e marginalizados – aqueles que se encontram nas periferias geográficas e existenciais da vida, por isso, a atenção e o cuidado dos frágeis e vulneráveis da sociedade não se limitam nas periferias geográficas ao expandir-se nas periferias existenciais. O Documento de Aparecida menciona a respeito que a opção pelo cuidado da vida exorta a projetar-se necessariamente para as periferias mais profundas da existência (DAp, 417). Em harmonia com esse documento, o Sumo Pontífice destaca que um verdadeiro anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo significa necessariamente chegar a todos os aspectos da vida humana para que seu mandato de caridade abarque todas as dimensões da existência (EG, 181).

Quem são aqueles que precisam ser olhados e cuidados na sua dimensão existencial? Quais caminhos conduzem aos primeiros destinatários? Como identificar as periferias existenciais? Partindo da ideia de cuidar e proteger todos os aspectos da vida da pessoa, dos povos e nações, pode-se mencionar os destinatários privilegiados do Reino, aqueles que se encontram na beira do caminho, nas periferias geográficas e existenciais. O Papa Francisco menciona na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* que cuidar dos frágeis e vulneráveis implica chegar as novas formas de pobreza e fragilidade: os sem abrigos, os toxicodependentes, os povos originários, os refugiados, os idosos, os migrantes, os que sofrem diferentes formas de tráfico, as mulheres, os nascituros, a criação (EG, 210-215); ante estes excluídos podem-se acrescentar a juventude negra, grupos LGBTQI+, todos e todas as vítimas de preconceitos e intolerância, aqueles considerados inimigos do sistema (CFE, 2021, 58). Sendo assim, o anúncio do Evangelho inicia nesses lugares existenciais devido à fragilidade desses grupos; o cuidado da vida, a salvação integral e a inserção no tecido social representam a missão atual da Igreja no que corresponde ao anúncio do Reino.

O conhecimento dos primeiros destinatários do Evangelho orienta a saída da Igreja, saber o rumo da missão direciona o caminho evangelizador e evita sair sem direção nem sentido, por isso, acolher a exortação do Sumo Pontífice auxilia à missão da Igreja na acolhida dos frágeis e vulneráveis da sociedade, “sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido” (EG, 46). Com um espírito de abertura, a comunidade seguidora do Mestre considera essa iniciativa dialogal como o caminho de fidelidade ao Evangelho, sair do centro de um mesmo e não permanecer nas próprias seguranças pode ocasionar vulnerabilidade, feridas e acidentes; mas, é a condição que o dinamismo missionário provoca, ante essa possibilidade lembrar as palavras de Francisco de Roma torna-se fonte de inspiração, “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro” (EG, 49).

3. O contexto social de exclusão

A Igreja aberta para a inserção, o cuidado e a participação dos mais frágeis e vulneráveis da sociedade dialoga harmoniosa e saudavelmente com três elementos do entorno social: as diversas realidades que ocasionam a pobreza e marginalização, a fragmentação do conceito de desenvolvimento humano e o próprio contexto pandêmico que desmascara o agir dos cidadãos e cristãos contemporâneos. Com relação ao primeiro elemento mencionado, o teólogo Francisco de Aquino exorta a pensar as causas mais profundas da estrutura que provocam a exclusão dos

mais pobres e marginalizados da sociedade e – sobretudo – convida a abrir os olhos para não contribuir na manutenção desse sistema excludente nem cair no erro de ser absorvidos pelos sintomas e paliativos insuficientes. Para chegar a enfrentar as raízes profundas dos sintomas, esse pensador mergulha nas diferentes realidades dos excluídos e – ao mesmo tempo – amplia a compreensão do mundo dos pobres por meio de seis realidades diferentes, profundas e interligadas: a realidade coletiva, complexa, produzida, subjetiva, política e espiritual (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 85-86).

Ao destacar a primeira realidade torna-se propício mencionar que o contexto dos pobres e marginalizados segundo este teólogo se apresenta como uma realidade coletiva ao não ser uma situação isolada que afeta só a alguns indivíduos; por isso, pode-se afirmar que esse fato real de pobreza e marginalização é uma situação concreta que afeta a um grande número da população. O segundo item é a realidade complexa que envolve os diferentes setores do povo – camponeses, operários, indígenas, mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência, idosos, etc. – e a diversos setores da vida humana – economia, política, gênero, sexo, etnia, cultura, religião, etc. A terceira realidade é a produzida, ela conota uma atividade não natural nem meramente individual ao ser fruto de relações sociais injustas e desigualitárias que concentram os bens e riquezas nas mãos de poucos e – ao mesmo tempo – ocasionam situação de dominação social. A quarta realidade é a subjetiva, ela revela a experiência vivida subjetivamente pelos pobres e marginalizados, ou seja, do conjunto de sujeitos inseridos nesse sistema. A quinta realidade é a política que realça a grande quantia de pobres e marginalizados, esse número representa uma ‘força política’ e pode desempenhar um ‘papel político decisivo na sociedade’. A sexta e última realidade é a espiritual, ela envolve dois sentidos: o antropológico que tem a ver com a moralidade fundamental da vida humana e o religioso que se relaciona com Deus enquanto fonte ou princípio do dinamismo vital (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 86-93).

O segundo elemento do contexto social na qual a Igreja está chamada a dialogar é no conceito fragmentado de desenvolvimento humano que se tende a confundir na atualidade, o resultado dessa redução conceitual é a limitação da palavra desenvolvimento no mero aspecto econômico. Considerar o lucro como objetivo principal e único pode ocasionar severos danos na sociedade, no que corresponde à natureza uma intensa exploração e degradação do meio ambiente (LS, 145); no que corresponde ao social uma economia que mata, exclui e provoca desigualdade (EG, 53); no que corresponde à política, há a incapacidade de promover outra lógica para governar os diferentes aspectos da crise atual (FT, 177). Para ampliar o sentido etimológico da palavra *desenvolvimento* Bento XVI – mencionando o pensamento de São Paulo

VI – destaca seu objetivo: fazer sair os povos da fome, da miséria, das doenças endêmicas e do analfabetismo. Isso implica percorrer três pontos de vista: econômico – a participação ativa e em condições de igualdade no âmbito econômico internacional; social – evolução para sociedades instruídas e solidárias; e político – com a finalidade da consolidação de regimes democráticos capazes de garantir a liberdade e a paz (CV, 21).

O terceiro elemento do contexto social na qual a Igreja está chamada a dialogar é a realidade pandêmica que desmascara o agir dos cidadãos e cristãos contemporâneos. A pandemia embora tenha despertado temporariamente, a consciência de considerar-se uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco, onde o mal de um prejudica a todos (FT, 32); também revelou as falsas seguranças, a incapacidade de atuar unidos e a fragmentação das relações que dificultou as soluções em conjunto (FT, 7). Ante a descrição do Papa Francisco da realidade pandêmica da Covid 19, pode-se acrescentar algumas informações reveladoras da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, o Texto-base mostra a fragilidade humana e sublinha o seu potencial autodestrutivo (CFE, 2021, 26); também desmascara a inconsciência de algumas Igrejas que permaneceram abertas no período da pandemia, mesmo que isso implicasse: aglomeração, contaminação e morte (CFE, 2021, 28); o aumento a violência nas casas fruto do isolamento social: feminicídios que aumentaram 5% com relação a 2019 (CFE, 2021, 34); e a necropolítica voltada encontra as maiorias falsamente vista como minorias: juventude negra, mulheres, indígenas, imigrantes, grupos LGBTQ+ (CFE, 2021, 58).

4. A integração e a participação para a fraternidade e paz social

A missão da Igreja de inserir os frágeis e vulneráveis da sociedade requer um caminho pedagógico de ampla compreensão, parte da identificação daqueles que se encontram nas periferias geográficas e existenciais, se prolonga no acompanhamento rumo a inserção no tecido social, se estende na responsabilidade de prover os elementos necessários para seu respectivo pleno desenvolvimento, “os bens necessários: <materiais, culturais, morais, espirituais> para levar uma vida verdadeiramente humana” (CDSI, 168), e se concretiza na participação ativa das atividades e decisões sociais, políticas, econômicas, etc. Desta maneira, pode-se pensar de fraternidade e paz social, o elemento que garante essa realização é a participação dos pobres, frágeis e vulneráveis; por isso, ressaltar o pensamento do Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* é de suma importância: participação dos pobres no que corresponde ao acesso dos seus respectivos bens (EG, 57); participação de toda a criação na alegria da salvação (EG, 4); participação do povo na educação missionária (EG, 28); participação de todos os batizados na dinâmica eclesial (EG, 47); participação dos cidadãos que desejam ser construtores de

desenvolvimento social e cultural (EG, 67); participação dos leigos no mundo social, político e econômico (EG, 102); participação das associações e movimentos juvenis no âmbito da pastoral em conjunto (EG, 105); participação dos fieis na liturgia; participação dos cidadãos no que se refere à educação, à saúde e ao trabalho com salário justo (EG, 192) e participação de todos os excluídos da sociedade que precisam de cuidado (EG, 209-215); etc.

A participação exorta considerar outro elemento necessário na dinâmica da construção da paz: o bem comum, ele eleva o olhar além dos próprios interesses. Mas, o que significa? A Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco – em harmonia com a Doutrina Social da Igreja – manifesta que não consiste na mera soma de interesses particulares ao não ser capaz de gerar uma sociedade universal melhor nem livrar dos males globais (FT, 105); também ressalta que os conflitos locais e a falta de interesse pelo bem comum no contexto atual são instrumentalizados pela economia global impondo modelo cultural único, o resultado dessa manipulação é divisão de pessoas e nações (FT, 12); no que corresponde aos países, é urgente destacar que nenhum Estado nacional de maneira isolada é capaz de garantir o bem comum a sua população (FT, 153). Ante tantas possibilidades do bem comum cair na manipulação dos interesses particulares, o Sumo Pontífice indica a caridade social como resposta, “a caridade social leva-nos a amar o bem comum e a buscar efetivamente o bem de todas as pessoas, consideradas não só individualmente como também na dimensão social que as une” (FT, 182). Sendo assim, a caridade dinamiza, orienta para uma civilização do amor, constrói um mundo para todos, abre possibilidades na busca de novos caminhos para enfrentar os problemas do mundo de hoje (FT, 183).

Segundo uma primeira e vasta aceção, por bem comum se entende: <o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição>. O bem comum não consiste na simples soma dos bens particulares de cada sujeito do corpo social. Sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque indivisível e porque somente juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo, também em vista do futuro [...]. O bem comum pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral (CDSI, 164).

A Doutrina Social da Igreja considera que da dignidade, unidade e igualdade de todos os seres humanos deriva o princípio do bem comum (CDSI, 164); isso implica – principalmente – olhar a condição de pessoa dos frágeis e vulneráveis da sociedade, aqueles das periferias geográficas e existenciais. Esse setor do tecido social também possui capacidade de construção e participação, a sua exclusão não garante a paz nem fraternidade, menos a justiça e igualdade na sociedade. Se na sociedade existisse exclusão, as pessoas que nela moram não encontrariam

a sua plena realização dado que, “a pessoa não pode encontrar plena realização somente em si mesma, prescindindo do seu ser <com> e <pelos> outros” (CDSI, 165). Sendo assim, pode-se concluir com relação à fraternidade e paz social que sem a inclusão, cuidado, acompanhamento, desenvolvimento integral e participação de todas as pessoas, movimentos, grupos, povos e nações não aconteceria a formação da realidade poliédrica apresentada pelo Papa Francisco na sua proposta de Igreja, imagem que revela participação, união, particularidade e originalidade, “o poliedro, que reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade [...]. É a união dos povos, que, na ordem universal, conservam a sua própria peculiaridade; é a totalidade das pessoas em uma sociedade que procura um bem comum” (EG, 236).

5. Conclusão

Os discípulos missionários inseridos na sociedade anunciam o Reino da paz e constroem uma realidade mais fraterna, dialogável, tolerante, inclusiva e participativa; em busca da paz social que é – como disse o Papa na *Fratelli Tutti* – laboriosa, artesanal (FT, 217). A edificação dessa sociedade na qual todos participam em prol do bem comum precisa urgentemente de caminhos que conduzam a novos encontros, “há necessidade de artesãos da paz prontos a gerar, com engenhosidade e ousadia, processos de cura e de encontros renovados” (FT, 225). Vivendo a dinâmica da Igreja em saída, os seguidores do Mestre abrem horizontes inspirados na Palavra de Deus rumo ao diálogo social. Para essa concretização todos os integrantes do tecido social contribuem e participam, trabalhando desde a sua missão e identidade, cada setor da realidade poliédrica – Igreja Católica e outros crentes que não fazem parte dela, Estados, sociedade com a sua cultura e ciência – colaboram na edificação da fraternidade e paz social. Embora existam muitas tarefas a realizar, a Igreja em diálogo com os setores sociais considera que o tempo é superior ao espaço, afirmação que permite projetos a longo prazo sem cair na tentação de resultados imediatos (EG, 222-223). Apesar das dificuldades e conflitos da atualidade, a Igreja não perde a esperança que todos os filhos e filhas de Deus vivam num mundo melhor, onde todos os integrantes do planeta participem de maneira comprometida na construção da fraternidade e paz social, com a consciência de que, “a terra é a nossa casa comum, e todos somos irmãos” (EG, 183).

REFERÊNCIAS

- AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Teologia em saída para as periferias*. São Paulo: Paulinas; Pernambuco: UNICAP, 2019.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade*. Brasília: Edições CNBB, 2009.
- CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB, São Paulo: Paulus/Paulinas, 2007.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Decreto Ad Gentes sobre a atividade missionária da Igreja*. In: Vaticano II: Mensagens, discursos e documentos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CONIC; CNBB. *Cristo é a nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade (Ef 2,14a)*. Campanha Fraternidade Ecumênica 2021. Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2020.
- PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulinas, 2020.
- _____. *Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.
- _____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.
- PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.